

CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INFANTIL RURAL MINEIRO NO PERÍODO DE 2003 A 2007

André Luiz Pires Muniz¹

RESUMO

O trabalho desenvolvido por crianças é um tema que ganhou importante destaque no mundo acadêmico principalmente a partir da década de 90 do século passado. A ideia de que “o trabalho dignifica o homem”, apesar de ainda estar enraizado na mente de muitas pessoas, vem perdendo força a cada dia. O Brasil se insere nesta questão como um dos países que possui um dos arcabouços jurídicos mais avançados e rígidos em relação à proteção da criança e do adolescente, contudo, é também um dos países que, apesar de decrescente, possui um grande contingente de crianças inseridas precocemente no mercado de trabalho (dada a precariedade na fiscalização e aplicação das leis relacionadas ao assunto). Compreende-se, neste sentido, que o trabalho infantil é um problema que possui inúmeros fatores determinantes e dentre estes fatores destaca-se, sem dúvidas, a busca pela sobrevivência e por uma vida melhor. Esta questão torna-se especialmente importante quando se trata da pobreza existente no meio rural, pois é um ambiente de grandes carências de acesso à serviços básicos e, portanto, um local que possui uma clientela que deve receber atendimento de políticas públicas prioritariamente. Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é associar como o trabalho das crianças se relaciona com o meio rural e compreender a importância do trabalho de crianças de 5 a 13 anos na área rural do estado de Minas Gerais no período de 2003 a 2007. A hipótese que norteia o trabalho é a de que o trabalho infantil no meio rural desempenha papel fundamental para a sobrevivência familiar e que a participação da renda do trabalho infantil no meio rural tem maior relevância para a família do que a do meio urbano. De maneira geral, o trabalho permitiu constatar que Minas Gerais é um dos Estados com maior incidência de trabalho infantil e que o trabalho infantil rural mineiro é pouco remunerado em comparação com o trabalho infantil mineiro urbano, porém, mesmo assim, as crianças que recebem alguma forma de remuneração têm uma participação fundamental na renda domiciliar total.

Palavras-chave: trabalho infantil; pobreza; rural.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido por crianças é um tema que ganhou importante destaque no mundo acadêmico principalmente a partir da década de 90 do século passado. Percebe-se também a partir deste período um amplo reconhecimento e uma intensa mobilização da sociedade pelo fato de se compreender que o trabalho infantil é uma questão muito grave e que traz sérios prejuízos (tanto em termos físicos como psicológicos) para a vida das crianças. A ideia de que “o trabalho dignifica o homem”, apesar de ainda estar enraizado na mente de

¹ Graduado em economia pela Universidade de Sorocaba (Sorocaba-SP), mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU) e doutorando em Economia por esta mesma instituição. Professor da Universidade Federal de Uberlândia e do CESUC. E-mail: andreluizmuniz@hotmail.com

muitas pessoas, vem perdendo força a cada dia e a população vem tomando consciência da importância e dos benefícios em se evitar o trabalho infantil.

O Brasil se insere nesta questão como um dos países que possui um dos arcabouços jurídicos mais avançados e rígidos em relação à proteção da criança e do adolescente, contudo, é também um dos países que, apesar de decrescente, possui um grande contingente de crianças inseridas precocemente no mercado de trabalho. Assim como assinalado por Carvalho (2008, p. 565), “(...) apesar da proibição legal desta forma de trabalho e de sua relativa deslegitimação no plano simbólico e dos movimentos e iniciativas que vêm sendo desenvolvidos para combatê-lo, (...) ele parece ser um problema de difícil erradicação”.

Compreende-se, neste sentido, que o trabalho infantil é um problema que possui inúmeros fatores determinantes e dentre estes fatores destaca-se, sem dúvidas, a busca pela sobrevivência e por uma vida melhor². Conforme aponta grande parte da literatura relacionada ao tema, a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho ocorre como uma forma alternativa de incrementar a escassa renda familiar e, desta forma, estaria vinculado com uma estratégia de sobrevivência familiar³.

Esta questão torna-se especialmente importante quando se trata da pobreza e da indigência existente no meio rural, pois é um ambiente de grandes carências de acesso à serviços básicos e, portanto, que possui uma clientela que deve ser prioritária no atendimento pelas políticas públicas (ROCHA, 2006).

Importante esclarecer também que este estudo focará no trabalho infantil existente na área rural de Minas Gerais, pois não existem estudos com caráter mais regionalizado. Além disto, o estudo do trabalho infantil em Minas Gerais justifica-se pelo fato de ser um Estado que possui grande contingente de crianças trabalhando.

Com estes aspectos gerais em mente, o objetivo geral deste trabalho é estudar a importância do trabalho de crianças de 5 a 13 anos na área rural do estado de Minas Gerais no período de 2003 a 2007. A hipótese que norteia o trabalho é a de que o trabalho infantil no meio rural desempenha papel fundamental para a sobrevivência familiar e que a participação da renda do trabalho infantil no meio rural tem maior relevância para a família do que a do meio urbano.

Para tanto, estruturou-se o trabalho da seguinte forma: na próxima seção estudam-se as particularidades do meio rural e como tais condições se relacionam com a questão do

² São inúmeros os trabalhos que abordam os determinantes do trabalho infantil. Uma revisão bibliográfica destes estudos pode ser encontrada em Muniz (2006 – capítulo 4).

³ Ponderações em relação a este argumento que justifica favoravelmente o trabalho de crianças podem ser encontradas em Muniz (2006, pp. 52-53).

trabalho infantil, justificando a importância de se estudar a temática do trabalho infantil sob a perspectiva do meio rural. Em seguida, a partir de tabulações das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) dos anos de 2003, 2005 e 2007, estudam-se as características e a importância do trabalho desenvolvido por crianças que vivem no meio rural do Estado de Minas Gerais. Por fim, são delineadas as considerações finais do trabalho.

De maneira geral, o trabalho permitiu constatar que Minas Gerais é um dos estados com maior incidência de trabalho infantil. Constatou-se também que o trabalho infantil rural mineiro é pouco remunerado em comparação com o trabalho infantil mineiro urbano, porém, mesmo assim, as crianças que recebem alguma forma de remuneração têm uma participação fundamental na renda domiciliar total.

2. PARTICULARIDADES DO MEIO RURAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO INFANTIL

O meio rural é amplamente confundido como se fosse uma localidade onde se predomina exclusivamente as atividades agrícolas, porém, assim como demonstra várias pesquisas (dentre elas a desenvolvida por Balsadi (2002) e Nascimento (2008)), o meio rural sofreu profundas mudanças nas últimas décadas. Segundo Balsadi (2002, p. 25): “O meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser, também, o local de atividades que eram tipicamente urbanas”. Assim, deve-se entender o rural não mais como um meio caracterizado apenas pelas atividades agrícolas. É um meio que passou a reinar a pluriatividade das famílias (NASCIMENTO, 2008), ou seja, as famílias rurais passaram a trabalhar em diversas atividades, segundo o seu tempo disponível, sejam estas atividades agrícolas ou não agrícolas.

O trabalho infantil, por sua vez, é um problema amplamente presente no meio rural, seja em atividades agrícolas como não agrícolas. Porém, algumas particularidades, principalmente as quais as atividades agrícolas sofrem influência devem ser destacadas por gerarem efeitos diretos sobre esta forma de trabalho proibido.

De acordo com Graziano da Silva (1999) as atividades agrícolas possuem particularidades que as tornam de grande complexidade e incerteza. Uma primeira especificidade destacada por este estudioso refere-se ao fato destas atividades dependerem excessivamente dos processos biológicos, ou seja, dependem de um processo que torna as partes do processo de produção interdependentes, conexas, visto que os processos biológicos são contínuos. Esta continuidade implica no baixo nível de divisão do trabalho existente na

agricultura, não permitindo que os diferentes operários se especializem em determinada atividade específica, ou no manejo de uma determinada máquina ou ferramenta. Esta particularidade impõe que as crianças sejam obrigadas a desenvolver os mesmos tipos de atividades que os adultos, manuseando os mesmos tipos de ferramentas e se esforçando fisicamente em atividades penosas e que exigem o vigor físico de um adulto, ou seja, obriga as crianças a estarem envolvidas em atividades com o mesmo grau de complexidade e periculosidade que um adulto é obrigado a desempenhar.

Além dos processos biológicos, existem ainda os condicionamentos naturais (como o clima, luminosidade, chuvas, ventos, tipo de solo, etc). Diferentemente do que ocorre nas atividades não agrícolas (como na indústria ou no comércio, por exemplo), nas atividades agrícolas as forças naturais não podem ser isoladas e controladas. A produção na agricultura depende, portanto, de condições climáticas favoráveis, o que nem sempre ocorre, ou seja, é também uma questão incerta. Novamente esta particularidade também afeta as crianças, dado que são obrigadas a trabalharem independente das condições do tempo. Trabalhos desenvolvidos em sol escaldante, chuvas torrenciais, em locais de baixa luminosidade (necessitando de maiores esforços para se enxergar), com ventos frios e intensos e em solos ressecados, obrigando um maior esforço para torná-lo produtivo. O trabalho infantil nas atividades agrícolas, portanto, esta sujeito a ser impactado negativamente por tais fatores climáticos.

O trabalho desenvolvido por Mann & Dickinson (1987) também fornece aspectos relevantes, a partir de uma perspectiva marxista, para entender as especificidades existentes nas atividades agrícolas. Estes autores destacam quatro aspectos relevantes:

a) a diferença entre o tempo de produção e tempo de trabalho: como o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho necessário para produzi-los (trabalho vivo), e visto que o tempo de produção pode ser dividido em duas partes (tempo de trabalho e não-trabalho⁴) estes autores indicam que quanto mais coincidirem o tempo de produção e o tempo de trabalho (e, portanto, quanto menor for o tempo de não-trabalho), mais o capital se valorizará. Graziano da Silva (1999) expõem que a existência de elevado período de não-trabalho é justamente um aspecto importante que diferencia a agricultura da indústria (onde o tempo de trabalho praticamente coincide com o tempo de produção).

⁴ Tempo de trabalho: Referente ao trabalho efetivamente aplicado na produção. Tempo de não-trabalho: tempo dado pela diferença do tempo de produção e o tempo de trabalho. É o período durante o qual a mercadoria não se submete ao processo de trabalho (pois esta em algum processo natural de transformação). Segundo a perspectiva de Mann & Dickinson (1987) este tipo de processo não cria valor nem mais-valia.

b) o efeito de tempo de produção na taxa de lucro: segundo Mann & Dickinson (1987), quanto maior o tempo de produção, maior o tempo para uma mercadoria se tornar comercializável, e, portanto, ser transformada em lucro e assim, renovar o processo de produção.

c) problemas de circulação: ainda seguindo a exposição de Mann & Dickinson, no período de circulação das mercadorias, o capital não produz valor nem mais-valia, além de introduzir custos inevitáveis. Esta questão se agrava ainda mais ao se considerar a grande perecibilidade existente na grande maioria dos produtos agropecuários. Desta forma, a deterioração delimita o tempo de circulação de uma mercadoria. A perecibilidade implica ainda em elevados custos de armazenagem, dependendo do bem produzido (como são os casos dos produtos que precisam de câmaras frias para ser transportados até o local de comercialização).

d) efeito do tempo de produção nas relações sociais de produção: a diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho implica em problemas de recrutamento de força de trabalho (trabalho assalariado sazonal ou periódico).

A diferença entre o tempo de produção e trabalho relaciona-se também com a questão do trabalho infantil. Esta particularidade encontrada nas atividades agrícolas impõe normalmente que o tempo de não trabalho seja maior do que o tempo de trabalho. Assim, nas atividades agrícolas existe um período muito grande em que não se torna necessário a utilização da mão-de-obra, pois a atividade esta em um processo que depende essencialmente do desenvolvimento do processo biológico. Isto gera alguns impactos relevantes na questão do trabalho infantil, tais como: a) como as famílias estão sem trabalho para desenvolver nas atividades agrícolas, elas podem optar em migrarem para o desenvolvimento de outras atividades (não agrícolas), inclusive incorporando as crianças como mão-de-obra disponível para tais atividades, ou enviando estas crianças para outras atividades, visto que a atividade principal (agrícola) não pode ser deixada a mercê; b) como o tempo de trabalho em determinadas atividades agrícolas é relativamente muito pequeno em relação ao tempo de não trabalho, as famílias se sentem amplamente incentivadas de incorporarem suas crianças no trabalho no período de safra para ampliar a renda familiar. Como existe uma grande incerteza em relação à um novo processo de produção no futuro, prefere-se ampliar a renda presente incorporando a mão-de-obra dos filhos/crianças para ampliar a renda conquistada pela família naquele curto espaço de tempo de trabalho. Incorpora-se, portanto, o trabalho das crianças com o objetivo de evitar custos de contratação temporária.

O progresso técnico, por sua vez, permitiu reduzir as incertezas envolvidas nas atividades agrícolas. Assim, segundo Graziano da Silva (1999, p. 30), o progresso técnico, como por exemplo, a utilização de adubos e fertilizantes tem o papel de “fabricar novas terras” e, desta forma, reduzir a dependência das atividades agrícolas da escassez de terras férteis. O progresso técnico permitiu ainda reduzir a dependência da agricultura em relação às forças da natureza, ou seja, na falta de água (estiagem), utiliza-se processos de irrigação, no inverno, utiliza-se sistemas de controle da temperatura (como é o caso das atividades de avicultura). Dentre as principais inovações, Graziano da Silva (1999, pp. 43-47) destaca as mecânicas, as físico-químicas, as biológicas e as agronômicas.

Comumente associa-se o surgimento de tais inovações como um aspecto positivo que pode reduzir o trabalho desenvolvido pelas crianças em atividades agrícolas, mas na verdade, entende-se que tais inovações podem ter uma influência dúbia sobre esta questão. As inovações mecânicas, por exemplo, ao passo que substituem um grande contingente de pessoas por uma determinada máquina reduzindo o trabalho desenvolvido pelas crianças (e por adultos também), pode atuar, por outro lado, como um fator de incentivo ao trabalho infantil, pois pode obrigar a família a utilizar o máximo de mão-de-obra disponível (inclusive o trabalho de suas crianças) para aumentar a produtividade do grupo, se igualando ou “superando” a produtividade das máquinas e tornando a utilização do trabalho humano mais vantajosa do que a utilização das máquinas. Inclusive não é raro ocorrer do trabalho infantil nem ser remunerado. Além disto, as inovações mecânicas substituem também a mão-de-obra adulta, deixando a situação orçamentária familiar ainda mais delicada, criando um ambiente de incentivo à utilização do trabalho das crianças para melhorar a renda domiciliar.

As inovações físico-químicas, por sua vez, apesar de ampliarem substancialmente a produtividade da terra, modificar as condições naturais do solo e reduzir o emprego de pessoas (incluindo as crianças) para o combate e controle manual de pragas e doenças, pode atuar como um fator que torna o trabalho mais perigoso. Estes produtos, apesar dos efeitos positivos já apontados, são extremamente nocivos para a saúde humana, principalmente para a vida das crianças devido suas particularidades físicas. Ou seja, apesar deste tipo de inovação ampliar a produtividade da terra, eles tornaram a atividade ainda mais perigosa de ser realizada.

Kassouf & Hoffmann (s.d.) sintetizam bem esta questão expondo que as atividades agrícolas são consideradas perigosas por expor os trabalhadores às ferramentas e máquinas, como serras, motores, tratores, etc., que podem cortar e até mesmo amputar membros, além

da exposição a produtos químicos, como agrotóxicos e herbicidas, que podem causar lesões na pele, problemas respiratórios, e irritação nos olhos, entre outros.

Existem ainda outros aspectos importantes a serem destacados em relação ao meio rural como um todo. Conforme aponta Rocha (2006) este meio é caracterizado e conhecido por apresentar condições críticas de vida e existir grandes carências de acesso à serviços básicos.

Um estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP – CEPEA/USP, utilizando a PNAD de 2001 e o suplemento especial sobre o trabalho infantil financiado pela OIT, fornecem alguns indicativos sobre o problema da saúde no meio rural. Analisando crianças de 5 a 15 anos que desenvolviam algum tipo de atividade, este estudo constatou que aproximadamente 7% das crianças tinham se machucado ou ficado doente por causa do trabalho, o que representa um total de 201.634 crianças (CEPEA, s.d.). Neste estudo verificou-se ainda uma situação já constatada em muitos outros trabalhos sobre o tema, em que as crianças ocupadas em atividades agrícolas costumam ser as que mais se machucam ou ficam doentes devido as especificidades deste tipo de trabalho, seguido pelos setores da indústria, construção civil e os ramos de comércio e serviços.

Quando se considera o público infantil, todas estas atividades apresentam um elevado grau de periculosidade, pois segundo Franklin *et al* (2001, p. 84), o segmento do trabalho infantil é mais vulnerável às doenças e aos acidentes de trabalho devido a:

(...) imaturidade e inexperiência desse grupo de trabalhadores, distração e curiosidade naturais à idade, pouca resistência física, menor coordenação motora (quanto menor a idade), desconhecimento dos riscos do trabalho, tarefas inadequadas a sua capacidade e locais, e instrumentos de trabalho desenhados para adultos.

De acordo com Kassouf & Hoffmann (s.d.) a maior incidência de acidentes se encontra no ramo agrícola por ser um setor menos regulado e de difícil inspeção das autoridades, o que facilita a prática de trabalhos perigosos, explorativos e sem a devida utilização dos equipamentos de segurança necessários e recomendados por lei.

Outro argumento comumente utilizado e que nas regiões rurais existe uma maior incidência de trabalho infantil por serem regiões com maior dificuldade de obtenção de empregos com melhores rendimentos, sendo necessário utilizar o trabalho da criança para incrementar a renda familiar e suprir tal limitação (OIT, 2004).

Percebe-se a partir dos elementos discutidos nesta seção que o trabalho infantil relaciona-se diretamente com as especificidades do meio rural, tornando-se, desta forma, necessário desenvolver pesquisas mais específicas sobre este meio. Levantados estes aspectos

gerais relacionados ao meio rural, na seção seguinte descrevem-se algumas características e a importância do trabalho infantil no meio rural de Minas Gerais a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios dos anos de 2003, 2005 e 2007.

3. CARACTERÍSTICAS E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INFANTIL RURAL MINEIRO

O objetivo desta seção é destacar as principais características do trabalho infantil de Minas Gerais no meio rural, confrontando com as informações encontradas para o meio urbano. Estuda-se ainda em qual ambiente (rural ou urbano) a renda oriunda do trabalho infantil desempenha maior importância para a família. Contudo, antes de se analisar tais informações, delinham-se os aspectos metodológicos utilizados neste trabalho.

3.1. Notas metodológicas

Este trabalho tem como fonte de dados as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's) desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta base de dados é realizada anualmente (exceto em anos de Censo) e envolve a coleta de uma série de informações sociais e econômicas importantes para o monitoramento e o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

A abrangência da pesquisa também evoluiu gradativamente no decorrer dos anos, iniciando-se em 1967 com uma pesquisa apenas no estado do Rio de Janeiro e hoje já abrange todo o país (inclusive as regiões rurais do Norte – como os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima Pará e Amapá).⁵

Pelo fato das PNAD's não incorporarem informações de trabalho de crianças menores de 5 anos de idade, o grupo alvo deste trabalho são aquelas que se enquadram na faixa etária de 5 a 13 anos de idade. Delimitou-se o trabalho para este grupo de crianças, pois segundo a legislação brasileira (Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT; Constituição Federal; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) é expressamente proibido que indivíduos menores de 14 anos estejam desenvolvendo alguma atividade laborativa. Não se incorporou no cálculo os indivíduos com 14 anos, pois a partir desta idade os instrumentos legais permitem o desenvolvimento de atividades na condição de aprendiz⁶.

Delimitou-se ainda o estudo apenas para o estado de Minas Gerais em vista da carência de trabalhos que realizam análises mais regionalizadas e detalhadas sobre o assunto e

⁵ Apenas em 2004 a região rural do Norte passou a ser pesquisada.

⁶ Maiores detalhes sobre os avanços e retrocessos do arcabouço jurídico de proteção à criança e ao adolescente no Brasil podem ser encontrados em Muniz (2006 – capítulo 3).

devido ao fato de Minas Gerais ser um dos estados com maior incidência de crianças trabalhando.

Para o desenvolvimento deste trabalho se realizará tabulações a partir das PNAD's dos anos de 2003, 2005 e 2007. Importante novamente destacar que a PNAD de 2003 não incorpora dados relacionados á área rural da região Norte do país, porém, como a análise focará no estado de Minas Gerais tal limitação não gera impactos nos resultados obtidos. Nos momentos oportunos tal limitação será lembrada e os dados relativizados. O método utilizado será o comparativo das informações encontradas para o meio rural e urbano.

Importante esclarecer ainda a definição de rural e urbano utilizado pelo IBGE (e, portanto, adotado pela PNAD). Segundo IBGE (2007, p. 13, grifo do autor):

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 2000. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. **A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.**

Para o IBGE, portanto, a definição do que é urbano depende essencialmente da delimitação estabelecida pela câmara de vereadores de cada município. São estes que delimitam (segundo seus interesses, principalmente no que tange a arrecadação de impostos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU) o espaço urbano, sendo o rural apenas um resíduo de tal definição. A partir de outra perspectiva, Veiga (2004) demonstra que o Brasil é menos urbano do que informa o IBGE. Para ele, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Acredita-se que tal limitação conceitual subestimaré os cálculos de trabalho infantil para a região rural mineira.

Na seção seguinte descrevem-se as características gerais do trabalho infantil rural mineiro.

3.2. Características gerais do trabalho infantil rural mineiro

O trabalho infantil é um problema que vem sendo amplamente combatido, porém a sua erradicação esta longe de ocorrer, mesmo o Brasil possuindo os instrumentos jurídicos mais rígidos para a proibição desta forma de trabalho.

Conforme é possível constatar com os dados da Tabela 1, no Brasil o número de crianças de 5 a 13 anos desenvolvendo algum tipo de atividade reduziu-se em 10,36% de 2003 a 2007. Porém, assim já como indicado nas notas metodológicas, os dados para Brasil no ano de 2003 não levam em consideração a região rural do Norte do país, levando a acreditar que a taxa de redução no período indicado possa ter sido maior do que efetivamente

se observou com os dados. Percebe-se, desta maneira, que o trabalho infantil expressamente proibido no Brasil esta reduzindo, porém ainda esta muito longe da erradicação, existindo no ano de 2007 mais de 1 milhão de crianças trabalhando em todo o território nacional.

**Tabela 1 – Número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando
Unidade da federação – 2003, 2005 e 2007.**

Estado	2003	% total	2003	Rank	2003	2005	% total	2005	Rank	2005	2007	% total	2007	Rank	2007
BA	169.389	13,5%	1	1	164.339	11,9%	1	146.855	13,1%	1	146.855	13,1%	1		
MA	97.511	7,8%	6	6	146.962	10,7%	2	102.766	9,2%	2	102.766	9,2%	2		
CE	122.187	9,8%	2	2	145.175	10,5%	3	95.679	8,5%	3	95.679	8,5%	3		
MG	119.498	9,5%	3	3	143.285	10,4%	4	92.225	8,2%	4	92.225	8,2%	4		
PE	111.907	8,9%	4	4	105.691	7,7%	6	79.404	7,1%	5	79.404	7,1%	5		
PR	84.886	6,8%	7	7	119.750	8,7%	5	69.924	6,2%	6	69.924	6,2%	6		
SP	70.698	5,6%	8	8	49.163	3,6%	10	68.949	6,1%	7	68.949	6,1%	7		
PA	41.615	3,3%	11	11	41.381	3,0%	11	68.596	6,1%	8	68.596	6,1%	8		
RS	100.955	8,1%	5	5	38.053	2,8%	12	66.630	5,9%	9	66.630	5,9%	9		
PI	51.429	4,1%	10	10	91.918	6,7%	7	37.011	3,3%	10	37.011	3,3%	10		
AL	38.462	3,1%	12	12	77.984	5,7%	8	35.159	3,1%	11	35.159	3,1%	11		
SC	35.005	2,8%	13	13	16.395	1,2%	16	34.782	3,1%	12	34.782	3,1%	12		
PB	52.412	4,2%	9	9	77.599	5,6%	9	31.697	2,8%	13	31.697	2,8%	13		
RN	21.132	1,7%	16	16	10.628	0,8%	20	27.487	2,4%	14	27.487	2,4%	14		
AM	6.234	0,5%	23	23	6.421	0,5%	23	24.550	2,2%	15	24.550	2,2%	15		
RO	7.084	0,6%	22	22	9.115	0,7%	21	20.098	1,8%	16	20.098	1,8%	16		
MT	17.165	1,4%	17	17	30.784	2,2%	13	18.526	1,6%	17	18.526	1,6%	17		
GO	21.965	1,8%	15	15	13.508	1,0%	17	18.328	1,6%	18	18.328	1,6%	18		
RJ	12.815	1,0%	19	19	21.552	1,6%	15	15.754	1,4%	19	15.754	1,4%	19		
ES	26.272	2,1%	14	14	10.786	0,8%	19	15.252	1,4%	20	15.252	1,4%	20		
AC	2.815	0,2%	24	24	11.713	0,8%	18	13.675	1,2%	21	13.675	1,2%	21		
TO	10.236	0,8%	20	20	7.206	0,5%	22	12.622	1,1%	22	12.622	1,1%	22		
SE	16.422	1,3%	18	18	30.038	2,2%	14	11.480	1,0%	23	11.480	1,0%	23		
MS	9.612	0,8%	21	21	5.551	0,4%	24	8.805	0,8%	24	8.805	0,8%	24		
RR	1.251	0,1%	27	27	490	0,0%	27	2.397	0,2%	25	2.397	0,2%	25		
AP	1.474	0,1%	26	26	1.124	0,1%	26	2.329	0,2%	26	2.329	0,2%	26		
DF	2.297	0,2%	25	25	2.944	0,2%	25	1.958	0,2%	27	1.958	0,2%	27		
Total	1.252.728	100,0%	-	-	1.379.555	100,0%	-	1.122.938	100,0%	-	1.122.938	100,0%	-		

Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

Nota: Classificação da tabela realizada a partir das informações de 2007.

Em 2003, a taxa de atividade⁷ de crianças de 5 a 13 anos no Brasil era de 2,9%, elevando-se para 3,0% em 2005 e reduzindo-se para 2,5% em 2007. A taxa de atividade em Minas Gerais, contudo, é muito semelhante a observada para o país. Em 2003, Minas Gerais tinha uma taxa de atividade de trabalho infantil de 2,6%, enquanto que em 2005 esta taxa elevou-se para 3,2% (maior do que a observada para o Brasil inclusive) e em 2007 recua para 2,1%.

Minas Gerais, por sua vez, teve um crescimento no número de crianças trabalhando no período de 2003 a 2005 na ordem de 19,9% e uma redução (de 2005 a 2007) de 35,6%. No período como um todo houve uma redução de 22,8% no número de crianças de 5 a 13 anos desenvolvendo algum tipo de atividade. No ano de 2007, Minas Gerais possuía mais de 90 mil crianças trabalhando, o que representa mais de 8% de todas as crianças trabalhadoras da mesma faixa etária em todo o Brasil, colocando Minas Gerais em uma posição de destaque no que tange à incidência do trabalho infantil no país.

Como é possível ainda constatar nas informações da Tabela 1, Minas Gerais em 2003 era o terceiro estado com maior número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando, atrás apenas

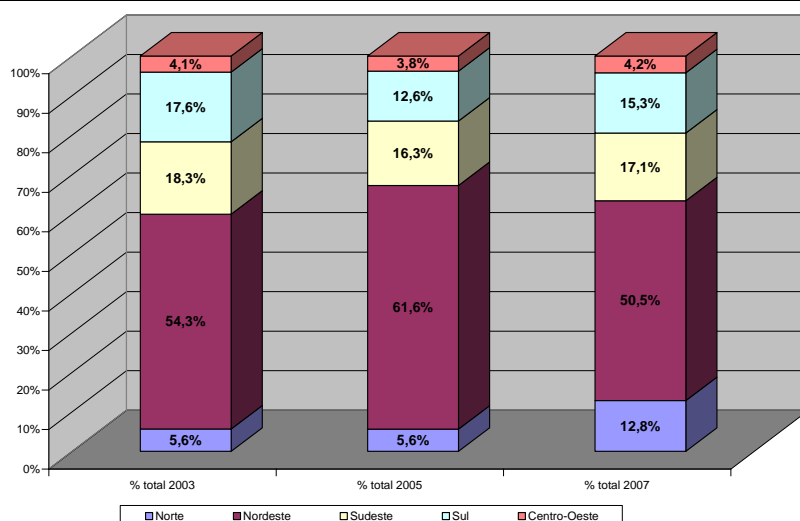
⁷ Taxa de atividade do trabalho infantil é igual ao quociente entre o total de crianças de 5 a 13 anos trabalhando e o total de crianças desta mesma faixa etária para cada uma das regiões analisadas (Brasil e Minas Gerais).

da Bahia e do Ceará. Em 2007, Minas melhora apenas uma posição, atrás de Bahia, Maranhão e Ceará, ou seja, o estado de Minas Gerais, no período analisado, teve uma melhora muito discreta no que se refere à redução do número de crianças trabalhando. Importante perceber também a persistência da Bahia como o estado com maior incidência desta forma de trabalho.

As informações do Gráfico 1 ajudam a visualizar a questão de forma mais regionalizada. Como é possível constatar com estas informações, uma característica importante do trabalho infantil no Brasil é estar concentrado basicamente nos estados da região Nordeste do país. Mais da metade do trabalho de crianças de 5 a 13 anos no Brasil em 2007 estava concentrado nesta grande região, considerada a mais pobre e atrasada do país. Em seguida estão as regiões Sudeste (e Minas Gerais como o principal responsável), Sul, Norte e Centro Oeste.

Outro aspecto apontado constantemente na literatura relacionada ao tema é o fato das crianças não deixarem necessariamente os estudos para trabalhar. Isto pode ser observado a partir das informações da Tabela 2. Pode-se observar com tais informações que, dentre as crianças que trabalham (categorias trabalha e estuda e só trabalha) existe um grande percentual de crianças que conseguem conciliar o trabalho e estudo

Gráfico 1 – Participação percentual do número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando – por região – 2003, 2005 e 2007.



Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

Observação: Dados do Norte em 2003 não incorporam informações do meio rural.

Percebe-se também que houve um aumento de 10,6% e 7,8% para o Brasil e Minas Gerais, respectivamente, no número de crianças apenas estudando⁸.

⁸ Um grupo comumente esquecido nas análises e que merece especial atenção são aqueles que não estão engajados em trabalhos nem nos estudos. No Brasil e em Minas Gerais, no ano de 2007, este grupo de crianças “totalmente ociosas” representava aproximadamente 26% do total de crianças de 5 a 13 anos. Acredita-se que

Tabela 2 – Número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando por categoria – Brasil e Minas Gerais – 2003, 2005 e 2007.

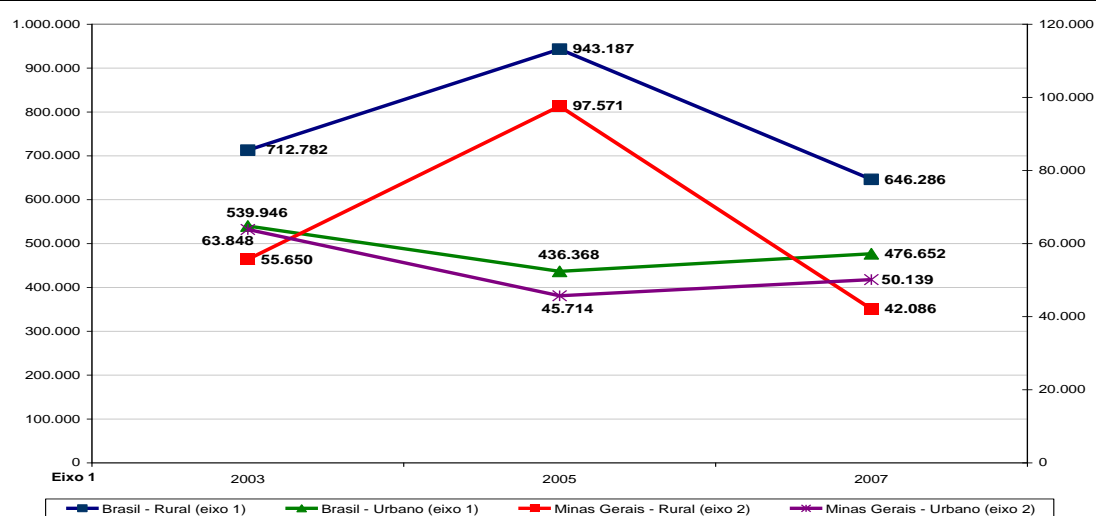
Brasil			
Categorias de análise	2003	2005	2007
- Trabalha e estuda	1.201.142	1.330.567	1.061.000
- Só trabalha	51.586	48.988	61.938
- Só estuda	29.096.015	31.043.954	32.191.350
- Não trabalha nem estuda	13.577.491	13.025.537	11.534.093
Total	43.926.234	45.449.046	44.848.381

Minas Gerais			
Categorias de análise	2003	2005	2007
- Trabalha e estuda	111.304	139.989	86.904
- Só trabalha	8.194	3.296	5.321
- Só estuda	3.015.834	3.144.184	3.252.589
- Não trabalha nem estuda	1.393.508	1.180.035	1.138.563
Total	4.528.840	4.467.504	4.483.377

Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

As informações do Gráfico 2 permitem verificar o número de crianças de 5 a 13 anos que trabalham por local de residência, ou seja, se residem no meio urbano ou no rural. No Brasil, para todo o período considerado, o trabalho infantil predomina entre as crianças que residem no meio rural (características esta que é observada em praticamente todos os outros países do mundo), porém para Minas Gerais, o trabalho infantil rural só é superior ao urbano no ano de 2005. Em 2007, o trabalho infantil rural no Brasil representava 57,5% de todo o trabalho de crianças desta mesma faixa etária no país, enquanto que em Minas Gerais, 54,3% de todo o trabalho das crianças de 5 a 13 anos encontrava-se no meio urbano.

Gráfico 2 – Número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando – por local de residência (urbano/rural) – 2003, 2005 e 2007.



Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

este grupo, juntamente com aqueles que apenas trabalham, formam um grupo prioritário para análise e propostas de políticas públicas.

Outro aspecto importante relacionado a questão do trabalho infantil refere-se ao recebimento (ou não) de rendimentos do trabalho desenvolvido pelas crianças. No Brasil, em 2005, do total de crianças que trabalhavam, apenas 37,1% (ou 464.959 crianças) recebiam rendimentos de seu trabalho principal. Em 2007, esta taxa se ampliou para 38,5% do total de crianças que trabalhavam (ou 432.803 crianças). Como é possível constatar, a taxa de crianças remuneradas se elevou no período de 2005 a 2007 devido à redução do número de crianças trabalhando e não no número absoluto de crianças remuneradas. Minas Gerais, por sua vez, teve uma redução na taxa de crianças que tinham rendimentos de seu trabalho principal de 52,5% em 2003 (o que representava mais de 62 mil crianças de 5 a 13 anos) para 50,8% em 2007 (o que representava aproximadamente 47 mil crianças da mesma faixa etária). Ou seja, para Minas Gerais, a redução na taxa de crianças remuneradas ocorreu tanto via redução na quantidade de crianças efetivamente remuneradas como na quantidade de crianças trabalhando. As informações disponíveis na Tabela 3 permitem visualizar a taxa de remuneração das crianças tanto no ambiente urbano como no rural.

Tabela 3 – Número de crianças de 5 a 13 anos que trabalham que recebem e não recebem rendimentos do trabalho principal – por local de residência – Minas Gerais – 2003, 2005 e 2007.

Categoria	2003		2005		2007	
	Não recebe	Recebe	Não recebe	Recebe	Não recebe	Recebe
Trabalha de 5 a 13 anos	56.793	62.705	70.004	73.281	45.388	46.837
% do total de crianças	47,5%	52,5%	48,9%	51,1%	49,2%	50,8%
Trabalha - rural	36.784	18.866	53.537	44.034	29.417	12.669
% do total de crianças	66,1%	33,9%	54,9%	45,1%	69,9%	30,1%
Trabalha - urbano	20.009	43.839	16.467	29.247	15.971	34.168
% do total de crianças	31,3%	68,7%	36,0%	64,0%	31,9%	68,1%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

É possível perceber com as informações da Tabela 3 que a taxa de remuneração do trabalho principal entre as crianças de 5 a 13 anos que trabalham é baixa no meio rural e bem mais elevada no meio urbano. No ano de 2003, por exemplo, apenas 33,9% do total de crianças que trabalhavam e viviam no meio rural eram remunerados em seu trabalho principal e este índice reduziu-se ainda mais no ano de 2007 (para 30,1% do total de crianças que trabalham no meio rural). Já no meio urbano ocorre o contrário, ou seja, em 2003, 68,7% das crianças eram remuneradas e em 2007 este índice teve uma leve queda (68,1%), porém permaneceu em patamares superiores aos observados no meio rural. Um dos argumentos para esta discrepância entre as taxas de remuneração no meio urbano e rural refere-se ao tipo de atividades que as crianças desenvolvem. Enquanto que no meio rural grande parte das crianças desenvolvem atividades no auxílio à família, no meio urbano isto é menos preponderante. Outra questão também refere-se à própria localidade de vivência das crianças e pelas influências que ela sofre. Os dados levam a crer que no meio urbano as crianças se

inserir no mercado precocemente na busca de renda para fazer frente aos seus anseios de consumo, enquanto que no meio rural as atividades estão muito mais relacionadas à própria dinâmica de auxílio das atividades familiares.

As informações da Tabela 4 indicam a taxa de acesso a bens de crianças mineiras de 5 a 13 anos que trabalham. Estas informações são importantes, pois colaboram com a afirmativa de que o meio rural possui condições mais precárias de acesso e de vida. Nota-se com tais informações que praticamente para todos os bens existe uma maior acessibilidade por parte das crianças mineiras que trabalham e vivem no meio urbano (exceto para TV preto e branco que predomina uma acessibilidade maior entre as crianças que vivem no meio rural).

Destaque especial deve ser dado para as informações de acesso à água canalizada e existência de banheiro no domicílio, pois são itens fundamentais para a questão do saneamento básico e, portanto, para as condições de vida de tais crianças.

Tabela 4 – Taxa de acesso a bens de crianças de 5 a 13 anos que trabalham – local de residência (urbano/rural) – Minas Gerais – 2003, 2005 e 2007.

Acesso	Rural		Urbano		Total	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007
Propriedade do terreno	58,9%	72,3%	71,9%	75,1%	65,9%	73,8%
Água canalizada	75,3%	82,5%	95,5%	98,0%	86,1%	90,9%
Banheiro no domicílio	83,6%	81,1%	100,0%	97,6%	92,3%	90,0%
Telefone móvel	3,8%	33,5%	44,8%	77,6%	25,7%	57,5%
Telefone fixo	15,1%	2,9%	26,6%	39,6%	21,2%	22,9%
Rádio	93,8%	87,4%	85,4%	95,5%	89,3%	91,8%
TV em cores	57,9%	81,1%	83,9%	95,1%	71,8%	88,7%
TV preto e branco	10,3%	5,8%	9,3%	1,2%	9,7%	3,3%
Geladeira (1 e 2 portas)	56,8%	69,4%	83,3%	93,1%	71,0%	82,3%
Computador	0,0%	5,8%	8,1%	27,4%	4,3%	17,5%
Acesso à internet	0,0%	0,0%	3,6%	15,1%	1,9%	8,2%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

Como é possível verificar, existe uma maior taxa de acessibilidade das crianças que trabalham no meio urbano a estes itens quando comparados com as crianças do meio rural. Na seção seguinte analisam-se algumas informações sobre a importância da renda do trabalho infantil mineiro.

3.3. Importância do trabalho infantil rural mineiro

Uma das características do trabalho infantil, em qualquer parte do mundo, inclusive no Brasil, é sua baixa taxa de remuneração (assim como foi possível constatar em seção anterior) e que normalmente é inferior a remuneração recebida pelo trabalho adulto. As informações disponíveis na Tabela 5, referentes à média do rendimento do trabalho principal das crianças de 5 a 13 anos que trabalham no Brasil e em Minas Gerais permitem ter uma

noção das principais diferenças existentes no rendimento do meio rural em comparação com o meio urbano, assim como a diferença de rendimento existente entre meninos e meninas.

Tabela 5 – Média do rendimento do trabalho principal das crianças trabalhadoras de 5 a 13 anos – por local de residência (rural/urbano) e sexo – Brasil e Minas Gerais – 2003, 2005 e 2007.

Região	Categoria	2003				2005				2007			
		Local da residência		Sexo		Local da residência		Sexo		Local da residência		Sexo	
		Urbano	Rural	Meninos	Meninas	Urbano	Rural	Meninos	Meninas	Urbano	Rural	Meninos	Meninas
Brasil	Trabalha e estuda	28,05	4,39	13,87	17,28	38,48	4,12	17,25	10,94	53,47	8,18	27,21	28,57
	Só trabalha	82,09	28,24	51,48	41,30	117,22	25,54	67,62	49,63	183,00	22,00	124,86	87,19
	Geral	27,45	4,87	14,30	16,30	38,04	4,10	16,19	11,36	58,81	7,74	30,41	26,92
Minas Gerais	Trabalha e estuda	34,34	4,79	20,23	25,07	34,41	2,88	23,73	10,07	73,63	12,79	51,48	33,45
	Só trabalha	162,60	38,56	91,77	0,00	335,17	0,00	356,32	150,00	204,99	0,00	141,96	250,00
	Geral	32,66	6,52	20,06	22,58	43,50	1,60	14,97	12,06	76,45	10,45	49,74	37,22

Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

Um aspecto importante é a diferença de rendimento existente entre as crianças que trabalham e estudam e as que só trabalham. Para quase todos os cruzamentos realizados (exceto meninas mineiras 2003, rural mineiro 2005 e rural mineiro 2007) o trabalho das crianças que só trabalham é superior do que as crianças que trabalham e estudam. Isto ocorre devido ao tempo destinado ao trabalho que é superior na categoria de crianças que só trabalham.

Em relação ao local de residência, nota-se que, tanto para Brasil como para as crianças de Minas Gerais, a renda média daquelas crianças que residem no meio urbano é sempre superior quando se comparadas com o meio rural. A renda médias das crianças mineiras que vivem no meio urbano em 2003 é 5 vezes superior a rural, e esta diferença se amplia em mais de 7 vezes quando analisadas as informações de 2007.

Apesar da renda do trabalho infantil (brasileiro e mineiro) ser muito baixa, ela desempenha papel fundamental na renda domiciliar como um todo. A partir das informações das PNAD's foi possível verificar a representatividade da renda do trabalho principal das crianças na renda domiciliar. As informações da Tabela 6 mostram essa representatividade.

Tabela 6 – Número e participação de crianças de 5 a 13 anos que trabalham – por local de residência (rural/urbano) e nível de participação na renda domiciliar total – Minas Gerais – 2003, 2005 e 2007.

Nível de participação na renda domiciliar	2003		2005		2007	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
<i>Número absoluto de crianças de 5 a 13 anos</i>						
Até 20%	39.071	44.595	54.503	32.730	34.934	42.978
De 20 a 50%	2.284	2.479	582	4.074	613	2.452
De 50 a 80%	-	572	-	-	-	-
Acima de 80%	14.295	16.202	42.486	8.910	6.539	4.709
<i>Participação em relação ao total</i>						
Até 20%	70,2%	69,8%	55,9%	71,6%	83,0%	85,7%
De 20 a 50%	4,1%	3,9%	0,6%	8,9%	1,5%	4,9%
De 50 a 80%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Acima de 80%	25,7%	25,4%	43,5%	19,5%	15,5%	9,4%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações das PNAD's de 2003, 2005 e 2007.

Como é possível verificar com tais informações, em 2003, mais de 70% das crianças que viviam na zona rural participavam com até 20% de sua remuneração do trabalho principal na renda domiciliar total e mais de 25% destas crianças participavam com mais de 80% na renda do domicílio.

Esta representatividade também é observada para as crianças que trabalham e vivem no meio urbano, porém é inferior à observada no meio rural. Esta representatividade na renda do domicílio, contudo, reduziu-se significativamente no ano de 2007, porém ainda assim, existe uma maior quantidade de crianças de 5 a 13 anos de idade que participam com mais de 80% na renda domiciliar no meio rural, indicando maior relevância quando se comparada com o observado no meio urbano.

Neste ano (2007), 15,5% das crianças que viviam no meio rural participavam com mais de 80% no total da renda domiciliar, enquanto que no meio urbano apenas 9,4% das crianças participavam com tal cifra. Estas informações colaboram, portanto, para afirmar que a renda do principal trabalho desenvolvidos pelas crianças mineiras de 5 a 13 anos desempenha papel fundamental na renda do domicílio como um todo, principalmente no meio rural. A seguir são delineadas as considerações finais deste trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meio rural é um espaço repleto de particularidades importantes, inclusive para se entender a questão da incidência e uso do trabalho de crianças. Compreender tais particularidades e relativizar alguns de seus aspectos são de fundamental importância para o estabelecimento de políticas sociais pertinentes para atingir efetivamente as crianças trabalhadoras deste meio.

Foi possível constatar no desenvolvimento deste trabalho que apesar de possuir um dos arcabouços jurídicos mais desenvolvidos e rígidos em relação ao tema do trabalho infantil, o Brasil continua longe de atingir a meta de erradicação do trabalho infantil, principalmente, entendendo-se que este é um problema de múltiplos fatores determinantes e que necessita de múltiplas políticas públicas que abranjam todos estes aspectos.

Verificou-se ainda que o trabalho infantil mineiro é o quarto maior do país e cuja característica é ser mais intenso no meio urbano. O trabalho infantil mineiro rural, por sua vez, tem como principal traço característico ser menos remunerado que o urbano, ter um rendimento médio também inferior ao urbano. Apesar destas características, foi possível constatar que o trabalho infantil mineiro no meio rural possui uma elevada representatividade

na renda domiciliar, indicando, portanto, sua maior importância se comparado ao trabalho urbano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALSADI, O. V. **Mudanças rurais e o emprego no estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: AnnaBlue, 2002.

CARVALHO, I. M. M. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, nº 54, pp. 551-569, setembro-outubro de 2008.

CEPEA. **O trabalho infantil no ramo agrícola**: uma análise a partir do suplemento especial da PNAD 2001. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/social/>>. S.d.

FRANKLIN, R. N. *et. al.* Trabalho precoce e riscos à saúde. **Revista adolescência latinoamericana**, mar. 2001, vol. 2, nº. 2, pp. 80-89. Disponível em: <<http://ral-adolesc.bvs.br/pdf/ral/v2n2/p04v2n2.pdf>>.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2003, 2005 e 2007**. CD-Rom.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2007 – notas metodológicas**. CD-Rom. 2007.

KASSOUF, A. L.; HOFFMANN, R. **Acidentes de trabalho em crianças e jovens**: aplicação de um modelo próbite bivariado recursivo. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/social/>>. S.d.

MANN, S. A.; DICKINSON, J. M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. **Literatura econômica**, IPEA, vol. 9, fevereiro, 1987.

MUNIZ, A. L. P. **As características e os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais em 2004**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia, 212 p., 2006.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**: uma análise comparada entre Brasil e União Européia. BNB Teses e Dissertações, nº 11, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

OIT. **Child labor**: a textbook for university students. OIT: Geneva, April 2004.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil – algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. **Revista nova economia**, Belo Horizonte, v. 16 (2), pp. 265-299, maio-agosto de 2006.

VEIGA, J. E. A dimensão rural do Brasil. **Estudos sociedade e agricultura**. nº 22, Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ArtigosCientificos/2004_-_a_dimensao_rural_do_brasil__\(esa\).htm](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ArtigosCientificos/2004_-_a_dimensao_rural_do_brasil__(esa).htm), Abril de 2004.